



Anais da Assembléia

Nº 71

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE JUNHO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA

ATA DA 48.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1990

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Luciano Pizzatto e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Geronte Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Irondi Pugliesi, José Felinto, Mário Pereira e Paulino José Delazeri (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Anibal Khury)

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós temos aparentemente a presença de 6 (seis) Srs. Deputados. Requerio a chamada nominal para verificar se há "quorum" para aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Vinte e um Srs. Deputados responderam à chamada.

Há "quorum" para votação.

Em votação a Ata. Aprovada.

A Mesa registra com satisfação a presença da Sra. Doutora Sonia Macedo, Juíza da Comarca de Paranavaí.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Curitiba, 12 de junho de 1990

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação da Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei objetivando alterações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Valho-me da oportunidade para reiterar-lhe meus protestos de estima e consideração.

(a) Des. ABRAHÃO MIGUEL.

Presidente do Tribunal de Justiça.

LEI Nº

SÚMULA: Altera a Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), e adota outras providências.

Art. 1º - Os artigos 207, 209, 210, 211, 219, 226, 235, 237, 238, 247, 249, 255, 257, 258, e 264, da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 207 - A prestação jurisdicional no Estado é exercida pelas seguintes autoridades judiciárias, seguindo a competência prevista neste Código:

I - ...

II - ...

III - 136 Juízes de Direito de entrância final, sendo:

a) 102 titulares de varas;

b) 34 Juízes de Direito Substitutos.

IV - 105 Juízes de Direito de entrância intermediária;

V - 91 Juízes de Direito de entrância inicial;

VI - ...

VII - ...

Art. 209 - É a seguinte a classificação das Comarcas:

I - ...

II - De entrância intermediária: 1. Almirante Tamandaré, 2. Apucarana, 3. Arapongas, 4. Araucária, 5. Assis Chateaubriand, 6. Astorga, 7. Bandeirantes, 8. Bela Vista do Paraíso, 9. Cambé, 10. Campo Largo, 11. Campo Mourão, 12. Capanema, 13. Castro, 14. Cianorte, 15. Colombo, 16. Cornélio Procopio, 17. Cruzeiro do Oeste, 18. Francisco Beltrão, 19. Goioerê, 20. Guaíra, 21. Guarapuava, 22. Ibaiti, 23. Ibiaporã, 24. Irati, 25. Ivaiporã, 26. Jacarezinho, 27. Lapa, 28. Laranjeiras do Sul, 29. Loanda, 30. Marechal Cândido Rondon, 31. Medianeira, 32. Nova Esperança, 33. Palmas, 34. Paranaguá, 35. Paranaíba, 36. Pato Branco, 37. Peabiru, 38. Piraquara, 39. Pitanga, 40. Rio Branco do Sul, 41. Rio Negro, 42. Rolândia, 43. Santo Antônio da Platina, 44. Santo Antônio do Sudoeste, 45. São José dos Pinhais, 46. Telêmaco Borba, 47. Toledo, 48. Umuarama, 49. União da Vitória, 50. Wenceslau Braz;

III - De entrância inicial: 1. Altônia, 2. Alto Paraná, 3. Alto Piquiri, 4. Andaraí, 5. Antonina, 6. Arapoti, 7. Assaí, 8. Barbosa Ferraz, 9. Barracão, 10. Bocaiúva do Sul, 11. Cambará, 12. Campina da Lagoa, 13. Cândido de Abreu, 14. Capitão Leônidas Marques, 15. Carlópolis, 16. Catanduvas, 17. Centenário do Sul, 18. Cerro Azul, 19. Chopinzinho, 20. Cidade Gaúcha, 21. Clevelândia, 22. Colorado, 23. Congonhinhas, 24. Corbélia, 25. Coronel Vivida, 26. Curitiba, 27. Dois Vizinhos, 28. Engenheiro Beltrão, 29. Faxinal, 30. Formosa do Oeste, 31. Grandes Rios, 32. Guaraniaçu, 33. Guaratuba, 34. Icaraíma, 35. Imbituva, 36. Ipiranga, 37. Iporã, 38. Jaguapitã, 39. Jaguariaíva, 40. Jandaia do Sul, 41. Joaquim Távora, 42. Mallet, 43. Mamborê, 44. Mandaguaçu, 45. Mandaguari, 46. Mangueirinha, 47. Marialva, 48. Marilândia do Sul, 49. Matelândia, 50. Morretes, 51. Nova Fátima, 52. Nova Londrina, 53. Ortigueira, 54. Palmeira, 55. Palmital, 56. Palotina, 57. Paraíso do Norte, 58. Paranaíba, 59. Pérola, 60. Pinhão, 61. Piraí do Sul, 62. Porecatu, 63. Primeiro de Maio, 64. Prudentópolis, 65. Quedas do Iguaçu, 66. Realeza, 67. Rebouças, 68. Reserva, 69. Ribeirão Claro, 70. Ribeirão do Pinhal, 71. Salto do Lontra, 72. Santa Helena, 73. Santa Izabel do Ivaí, 74. Santa Mariana, 75. São Jerônimo da Serra, 76. São João do Ivaí, 77. São João do Triunfo, 78. São Mateus do Sul, 79. São Miguel do Iguaçu, 80. Sengés, 81. Sertãozinho, 82. Siqueira Campos, 83. Teixeira Soares, 84. Terra Boa, 85. Terra Rica, 86. Terra Roxa, 87. Tibagi, 88. Tomasina, 89. Ubiratã, 90. União da Vitória, 91. Xambrê.

Art. 210 - São as seguintes as Seções Judiciárias:

11 - ...

12 - Comarca de Curitiba: 1.^a e 2.^a varas de Execuções Penais; 1.^a e 2.^a Varas do Tribunal do Júri e Vara de Precatórias Criminais;

26 - Comarcas de Umuarama, Goioerê, Alto Piquiri e Icaraíma;

29 - Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão, Peabiru e Terra Boa;

47 - Comarcas de Colombo, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré;

48 - ...

Art. 211 - As Comarcas e seus distritos são os seguintes:

89 - Peabiru. Compreendendo a sede e os Distritos judiciários de Araruna e São Vicente (Município de Araruna);

103 - Rio Branco do Sul. Compreendendo a sede e o Distrito judiciário de Itaperuçu (Município de Rio Branco do Sul);

128 - Umuarama. Compreendendo a sede e os Distritos judiciários de Ivaté, Santa Elisa, Serra dos Dourados, Lovat, Perobal e Vila Alta (Município de Umuarama); Maria Helena, Douradina, Herculanópolis e Carbonera (Município de Maria Helena);

145 - Almirante Tamandaré. Compreendendo a sede e os Distritos judiciários de Campo Magro e Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré);

146 - Icaraíma. Compreendendo a sede e os Distritos judiciários de Porto Camargo e Vila Rica do Ivaí (Município de Icaraíma);

147 - Terra Boa. Compreendendo a sede e o Distrito judiciário de Malu (Município de Terra Boa);

Art. 219 - Na Comarca de Curitiba, a prestação jurisdicional será efetivada por juizes de:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

V - ...

VI - ...

VII - 2 (duas) Varas do Tribunal do Júri.

VIII - ...

IX - ...

X - ...

XI - ...

XII - ...

Art. 226 - Aos Juizes das Varas do Tribunal do Júri, 1.^a e 2.^a, por distribuição, compete:

I - ...

II - ...

Art. 235 - Haverá na Comarca de Curitiba:

I - ...

a) - ...

b) - 20 (vinte) escritanias criminais, inclusive as especializadas;
 c) - ...
 d) - ...
 e) - ...
 f) - ...
 g) - ...
 h) - 114 (cento e quatorze) oficiais de justiça;

i) - 39 (trinta e nove) auxiliares de cartório;

j) - ...

l) - ...

II - ...

a) - ...

b) - ...

c) - ...

d) - ...

e) - ...

f) - ...

Art. 237 - Será o seguinte o número de Juízes de Direito em cada uma das Comarcas de:

I - ...

II - Maringá: 12 (doze) Juízes de Direito;

III - ...

IV - Foz do Iguaçu: 7 (sete) Juízes de Direito;

V - Cascavel: 6 (seis) Juízes de Direito;

VI - Campo Mourão, Umuarama, Guarapuva e Paranavaí: 5 (cinco) Juízes de Direito;

VII - São José dos Pinhais, Pato Branco e Apucarana: 4 (quatro) Juízes de Direito;

VIII - Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá e União da Vitória: 3 (três) Juízes de Direito;

IX - Arapongas, Araucária, Assis Chateaubriand, Cambé, Campo Largo, Capanema, Castro, Colombo, Cornélio Procopio, Cruzeiro do Oeste, Goioerê, Guaíra, Ipirorã, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Piraquara, Pitanga, Rolândia e Toledo: 02 (dois) Juízes de Direito;

X - Nas demais comarcas: 01 (um) Juiz de Direito.

Art. 238 - Na Comarca de Apucarana a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - 02 (duas) varas cíveis, 1.^a e 2.^a, por distribuição;

II - ...

III - ...

Parágrafo Único - ...

I - ...

a) 2 (duas) escritanias do cível;

b) - ...

c) - ...

d) - ...

e) - ...

f) - ...

g) - ...

II - ...

a) - ...

b) - ...

c) - ...

d) - ...

e) - ...

f) - ...

Art. 247 - Na Comarca de Foz do Iguaçu a prestação jurisdicional será efetivada por juízes de:

I - 3 (três) varas cíveis, 1.^a 2.^a e 3.^a, por distribuição;

II - 3 (três) varas criminais, 1.^a 2.^a e 3.^a, por distribuição, cabendo à 1.^a a organização e presidência do Tribunal do Juri;

III - 1 (uma) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Foz do Iguaçu, com atribuições definidas:

I - ...

a) - 3 (três) escritanias cíveis

b) - 3 (três) escritanias criminais

c) - ...

d) - ...

e) - ...

f) - ...

g) - ...

II - ...

a) - ...

b) - ...

c) - ...

d) - ...

Art. 249 - Nas Comarcas de Campo Largo, Castro, Guaíra, e Piraquara a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - ...

II - ...

Parágrafo Único - Haverá nas Comarcas de Campo Largo, Castro, Guaíra e Piraquara, com atribuições definidas:

I - ...

a) - ...

b) - ...

c) - ...

d) - ...

e) - ...

f) - ...

g) - ...

II - ...

a) - ...

b) - ...

c) - ...

Art. 255 - Na Comarca de Maringá, a prestação jurisdicional será efetivada por juízes de:

I - 6 (seis) varas cíveis, 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a e 6.^a por distribuição;

II - ...

III - ...

Parágrafo Único - ...

I - ...

a) - 6 (seis) escrivanias cíveis

b) - ...

c) - ...

d) - ...

e) - ...

f) - ...

g) - ...

h) - ...

i) - ...

j) - ...

l) - ...

II - ...

a) - ...

b) - ...

c) - ...

d) - ...

e) - ...

Art. - 257 - Na Comarca de Paranavaí a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - ...

II - 2 (duas) varas criminais, 1.^a e 2.^a, por distribuição, cabendo à 1.^a a organização e presidência do Tribunal do Júri;

III - ...

Parágrafo Único - ...

a) - ...

b) - 2 (duas) escrivanias criminais;

c) - ...

d) - ...

e) - ...

f) - um auxiliar de cartório em cada vara criminal;

g) - ...

II - ...

a) - ...

b) - ...

c) - ...

d) - ...

e) - ...

f) - ...

g) - ...

Art. 258 - Na Comarca de Pato Branco a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - 2 (duas) varas cíveis, 1.^a e 2.^a por distribuição.

II - ...

III - ...

Parágrafo Único - ...

I - ...

a) - 2 (duas) escrivanias cíveis;

b) - ...

c) - ...

Art. 258 - ...

d) - ...

e) - ...

f) - ...

g) - ...

II - ...

a) - ...

b) - ...

c) - ...

d) - ...

e) - ...

f) - ...

Art. 264 - Na Comarca de União da Vitória a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - ...

II - 1 (uma) Vara Criminal;

III - 1 (uma) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - ...

I - ...

a) - ...

b) - ...

c) - 1 (uma) escrivania de menores;

d) - 1 (um) escritório de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;

e) - 2 (dois) oficiais de justiça em cada vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por 1 (um) ano, alternadamente, as funções de porteiro de auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) - 1 (um) auxiliar de cartório na vara criminal;

g) - 1 (um) comissário de vigilância de menores.

II - ...

a) - ...

b) - ...

c) - ...

d) - ...

e) - ...

f) - ...

g) - ...

Art. 2º - Fica criada, na entrância intermediária, a Comarca de Almirante Tamandaré, compreendendo a sede e os Distritos judiciários de Campo Magro e Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré).

Art. 3º - Ficam criadas, na entrância inicial, as Comarcas de:

Art. 3º - ...

I - Icaraíma, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Porto Camargo e Vila Rica do Ivaí (Município de Icaraíma).

II - Terra Boa, compreendendo a sede e o Distrito judiciário de Malu (Município de Terra Boa).

Art. 4º - Ficam extintas as escrivanias distritais de Almirante Tamandaré, Icaraíma e Terra Boa.

Parágrafo Único - Aos titulares das escrivaniais de que trata este artigo fica assegurado o direito de opção pelo respectivo Tabelionato de Notas ou pelo Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, a ser manifestado no prazo de 20 (vinte) dias a contar do edital de chamamento para a instalação da Comarca.

Art. 5º - Ficam transferidos de comar-

ca os seguintes distritos judiciários:

I - Campo Magro e Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré) da Comarca de Rio Branco do Sul para a Comarca de Almirante Tamandaré;

II - Porto Camargo e Vila Rica do Ivaí (Município de Icaraíma) da Comarca de Umuarama para a Comarca de Icaraíma;

III - Malu (Município de Terra Boa) da Comarca de Peabiru para a Comarca de Terra Boa.

Art. 6º - Ficam criados 5 (cinco) cargos de Juiz de Direito de entrância final, sendo 2 (dois) para a Comarca de Foz do Iguaçu, 2 (dois) para a Comarca de Maringá e 1 (um) para a Comarca de Curitiba; 5 (cinco) cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária, sendo 1 (um) para a Comarca de Almirante Tamandaré, 1 (um) para a Comarca de União da Vitória, 1 (um) para a Comarca de Paranavaí, 1 (um) para a Comarca de Pato Branco e um para a Comarca de Apucarana; 2 (dois) cargos de Juiz de Direito de entrância inicial, sendo 1 (um) para a Comarca de Icaraíma e 1 (um) para a Comarca de Terra Boa.

Art. 7º - Fica extinto 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária da Comarca de Rio Branco do Sul.

Art. 8º - Haverá na Comarca de Almirante Tamandaré, com atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

I - No Foro Judicial:

a) - 1 (uma) escrivania cível;

b) - 1 (uma) escrivania criminal e do Juizado Especial de Pequenas Causas;

c) - 1 (um) ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;

d) 2 (dois) oficiais de justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um ano, alternadamente, as funções de Porteiro do Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

e) 1 (um) auxiliar de Cartório Criminal;

f) 1 (um) comissário de vigilância de menores.

II - No Foro Extrajudicial:

a) 1 (um) Tabelionato de Notas, acumulando precariamente o ofício de Protesto de Títulos;

b) 1 (um) ofício de Registro de Imóveis;

Art. 8º - II - No Foro Extrajudicial:

c) 1 (um) ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando precariamente os ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 9º - Haverá, nas Comarcas de Icaraíma e Terra Boa, com atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

I - No Foro Judicial:

a) 1 (uma) escrivania cível;

b) 1 (uma) escrivania criminal e do Juizado Especial de Pequenas Causas;

c) 1 (um) ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial.

d) 2 (dois) oficiais de justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um ano, alternadamente, as funções de Porteiro do Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

e) 1 (um) auxiliar de cartório criminal.

II - No Foro Extrajudicial:

a) 1 (um) Tabelionato de Notas, acumulando precariamente o ofício de Protesto de Títulos;

b) 1 (um) ofício de Registro de Imóveis;

c) 1 (um) ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando precariamente os ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 10 - Os titulares de ofício de Registro de Imóveis, cuja delimitação territorial for alterada, terão o direito de opção pelo ofício desmembrado, a ser manifestado no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 11 - Ficam criadas as seguintes Varas:

I - Na Comarca de Curitiba a 2ª Vara do Tribunal do Júri;

II - Na Comarca de Foz do Iguaçu a 3ª Vara Cível e a 3ª Vara Criminal;

III - Na Comarca de União da Vitória e Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

IV - Na Comarca de Paranavaí a 2ª Vara Criminal;

V - Na Comarca de Pato Branco a 2ª Vara Civil;

VI - Na Comarca de Apucarana a 2ª Vara Cível;

VII - Na Comarca de Maringá as 5ª e 6ª Varas Cíveis.

Art. 12 - Ficam extinta uma vara na Comarca de Rio Branco do Sul.

Art. 13 - Ficam criados, além dos constantes nos arts. 8º e 9º desta Lei, as seguintes escrivanias e respectivos cargos:

I - 1 (uma) escrivania criminal para a 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Curitiba;

II - 1 (uma) escrivania cível na Comarca de Foz do Iguaçu;

III - 1 (uma) escrivania criminal na Comarca de Foz do Iguaçu;

IV - 1 (uma) escrivania de menores na Comarca de União da Vitória;

V - 1 (uma) escrivania criminal na Co-

marca de Paranavaí;

VI - 1 (uma) escrivania cível na Comarca de Pato Branco.

VII - 1 (uma) escrivania cível na Comarca de Apucarana.

VIII - 2 (duas) escrivânias cíveis na Comarca de Maringá.

Art. 14 - Ficam criados 3 (três) cargos de auxiliar de cartório de vara criminal e 1 (um) para a 2.^a Vara Criminal de Paranavaí, 1 (um) para a 3.^a Vara Criminal de Foz do Iguaçu e 1 (um) para a 2.^a Vara do Tribunal do Júri de Curitiba.

Art. 15 - Ficam criados, além dos constantes nos arts. 8º e 9º desta Lei, 18 (dezoito) cargos de Oficial de Justiça, sendo 2 (dois) para a Comarca de Curitiba, 4 (quatro) para a Comarca de Maringá, 4 (quatro) para a Comarca de Foz do Iguaçu, 2 (dois) para a Comarca de União de Vitória, 2 (dois) para a Comarca de Apucarana, 2 (dois) para a Comarca de Paranavaí e 2 (dois) para a Comarca de Pato Branco.

Art. 16 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1622

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Presidente do IBAMA e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Álvaro Dias, solicitando o reestudo do Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, criado pelo Decreto-Lei n. 84.107, datado de 21.09.79, solicitando inclusive que quando for realizado o novo estudo sejam ouvidos os técnicos do ITCF e os Peritos que atuam no Processo de Liberação da Estrada do Colono, ora fechada.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

O Plano de Manejo em vigor está coberto de imprecisões, gerando uma série de dúvidas em especial no que se refere na área intangível, pois não foi considerada a existência da Estrada do Colono, que é anterior à criação do Parque e até mesmo necessária para sua preservação.

A urgência deste reestudo, ora requerido, tem por objetivo evitar a manobra de grupos interessados no fechamento da Estrada, em retardar a decisão da Justiça, para posteriormente alegar invalidade do objeto da ação, visto que a mata já tomou conta da Estrada.

Curitiba, quarta, em 13.06.90

No próprio "bojo" do Decreto, no seu Artigo 43, parágrafo 2º, está previsto uma reavaliação do Plano de Manejo de cinco em cinco anos, notando-se que este está defasado em mais de uma década, e já estava em defasagem quando ocorreu a sentença judicial que fechou a Estrada.

No artigo 24 do Decreto, que veda a execução de obras, ferrovias, barragens, etc.. não foi levado em consideração que no caso da Estrada do Colono não se tratava da abertura de uma nova estrada. Falta no caso um artigo ou parágrafo que orientasse a utilização de uma Estrada já existente.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 072/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 39 do Regimento Interno fica acrescido do seguinte inciso:

"Art. 39 -

XXI - Assuntos Municipais".

Art. 2º - A Comissão de Assuntos Municipais compete opinar sobre as matérias atinentes aos municípios paranaenses, bem como desenvolver atividades visando promover as comunidades do nosso Estado.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento: José Rogério Carvalho, Algaci Túlio, Nereu Carlos Massignan e Luciano Pizzatto.

JUSTIFICATIVA:

O município é a base da organização do Estado. É lá que as pessoas moram, trabalham, enfim, fazem a sua vida. O fortalecimento do município é fundamental para toda sociedade, seja do ponto de vista econômico, social ou político. A democracia depende de municípios fortes.

A medida que estamos propondo, oriunda do Projeto de Resolução n. 79-84, de 16 de abril de 1984, por nós apresentado a esta Casa de Leis, visa instituir Comissão Técnica específica para opinar sobre os temas pertinentes aos municípios.

Dada a sua importância, confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 073/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 3º da Resolução n. 37/81, de 16 de setembro de 1981, passa a

vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - As Sessões Solenes para a entrega de Títulos Honoríficos e de Benemerência, concedidos por esta Casa, bem como para homenagens póstumas, somente poderão ser marcadas para Sessões Especiais, a se realizarem às sextas-feiras, e após a aprovação do Plenário através de proposição apresentada por Deputado ou pela Comissão Executiva".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento:

José Rogério Carvalho, Algaci Túlio, Nereu Carlos Massignan e Luciano Pizzatto.
JUSTIFICATIVA:

Constantemente os trabalhos deste Poder Legislativo têm sido interrompidos para a realização de sessões solenes objetivando homenagear personalidades de nosso Estado.

Temos consciência do significado destas homenagens e da importância de manifestarmos o nosso reconhecimento a todos que, de alguma forma, contribuem para o engrandecimento do Paraná.

Contudo, é fundamental que consigamos fazer fluir os diferentes processos que tramitam nesta Casa de Leis.

A norma que estamos propondo busca conciliar a realização destas sessões, resguardando a sua solenidade e importância, sem que haja prejuízos aos trabalhos ordinários desta Assembléia Legislativa. Ademais, também os recessos parlamentares podem ser utilizados para tais finalidades.

Esta conciliação por certo trará inúmeros benefícios aos trabalhos legislativos, que assim não sofrerão interrupções na sequência da apreciação de matérias de interesse público.

Neste sentido, cientes de que interessa a todos a agilização do trâmite de matérias neste Poder, solicitamos o indispensável apoio dos nobres Pares.

Finalmente, é cioso lembrar que a presente matéria origina-se do Projeto de Resolução n. 05/84, de 03 de abril de 1984, por nós apresentada a esta Casa de Leis.
Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 349/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os bens arrecadados e passados ao domínio do Estado, por declaração de vacância da herança, ou por renúncia de herdeiros, na forma do disposto nos artigos 1.539 e 1.619 do Código Civil Brasileiro, serão doados às Irmandades da Santa

Casa de Misericórdia do município da situação desses bens.

Parágrafo Único - No caso de não haver no município, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, os bens referidos neste artigo serão doados a entidade assistencial de fins análogos àquela, existente no município e devidamente regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 2º - Na transmissão de propriedade de que trata o artigo anterior, não incidirá o Imposto sobre Transmissão de Bens Imobiliários.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento: Luciano Pizzatto, Algaci Túlio e José Rogério Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

As Irmandades da Santa Casa de Misericórdia são órgãos de assistência social muito conhecidos de nossa população.

Entidades exemplares, sem qualquer finalidade que não seja o atendimento ao carente, sempre foram refúgio certo para os desguarnecidos pela sorte ou sem garantia previdenciária quando da necessidade de assistência médica e hospitalar.

Em muitas localidades a Santa Casa é praticamente a única alternativa de atendimento médico.

É de conhecimento público que estas instituições encontram-se em dificuldades financeiras, que ameaçam inclusive a continuidade de suas atividades.

A eventualidade de campanhas que sensibilizem a população, permitindo carrear recursos para aquelas entidades, tem efeito meramente imediato. É indispensável criar uma estrutura mais permanente de financiamento das Santas Casas, que garanta, o seu funcionamento.

O Estado não pode alhear-se a tal situação, oferecendo a sua cota de participação para a solução do problema.

A medida que estamos propondo, autorizando o Executivo a doar às Santas Casas ou similares os bens arrecadados por herança jacente, virá, por certo, ao longo do tempo, prover de recursos estas instituições. Asseguramos, assim, a continuidade dos elevados propósitos das referidas entidades, o que nos permite confiar em boa acolhida por parte dos nobres Pares da presente proposta.

Gostariamos de observar que o presente projeto de lei origina-se de matéria de nossa autoria - Projeto de Lei N° 264-84, de 9 de outubro de 1984 - já submetida à apreciação desta Casa de Leis.

Por entendê-la ainda atual e adequada para a solução do problema da manutenção

de entidades caritativas como a Santa Casa, voltamos a apresentar a proposta para exame dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 350/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A partir do ano letivo de 1991, é obrigatória a oferta de Educação Ambiental nas Escolas da rede estadual de ensino.

Art. 2° - No prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação, a presente lei será regulamentada pelo Executivo Estadual.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Num momento em que no mundo inteiro se discute a ecologia e preservação do meio ambiente, entendemos importantíssimo o caminho da educação como meio de conscientizar nossas crianças e jovens para a importância das atitudes preservacionistas em nosso dia-a-dia. O que pode fazer uma criança para promover o equilíbrio ecológico? Muito? Pouco? Nada? Não são os adultos que causam todos os problemas que estão por aí? E não são eles que controlam o mundo? É, mas a criança tem muita força. Não faz muito tempo, um grupo de meninos e meninas se reuniu para impedir que uma construtora cortasse uma bela e centenária árvore em São Paulo. Protestaram, gritaram e até apareceram no noticiário de televisão. E conseguiram. Isto prova que as crianças podem até dar exemplo aos adultos, pois é imaginativa e pode inventar muitos meios de preservar a natureza e tornar-se a consciência dos homens. Afinal são as crianças a geração do amanhã e, se não houver um mundo habitável, não haverá futuro para essa geração.

PROJETO DE LEI N° 351/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado "Rodovia Januário Chiulli", o trecho compreendido entre o trevo de acesso à PR 468 (Janiópolis - Boa Esperança), saindo da BR 369 (Campo Mourão - Cascavel) até a BR 272 (Campo Mourão - Goioerê).

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

JANUÁRIO CHIULLI foi um desses exem-

Curitiba, quarta, em 13.06.90

plos de vida que tornam-se marcantes e dignos de serem imitados. Nascido em Guaxupê - Minas Gerais, em 28 de junho de 1910, deixou para a região do Município de Janiópolis um legado de lutas e a marca do pioneiro desbravador que ajudou a fazer da cidade aquilo que hoje ela é e representa, pois quando iniciou suas atividades profissionais junto à comunidade, esta era composta de apenas 3 casas.

Participando ativamente de todos os ciclos de progresso do chão em que pisava, Januário Chiulli presenciou e estimulou o ciclo da madeira, do café e principalmente o movimento que buscava a emancipação política e administrativa do Distrito que ainda chamava-se Pinhalzinho.

Sempre atuando no ramo comercial de cereais e na agropecuária, deixou este legado para ser seguido por seus filhos Valdir, Orestes, Armando, Luiz, Elias, Janete, Eduardo e Leonardo, frutos da união com suas três esposas que se sucederam, Olívia, Alaide e Alice.

O tempo passou, a Cidade cresceu, mas a memória de Januário Chiulli permanece viva em cada um daqueles que com ele conviveram, portanto, usando das atribuições que nos confere o Poder Legislativo, REQUEIRO que, seja prestada uma homenagem simbólica a este homem, imortalizando-o com seu nome em uma rodovia.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Ocupo esta tribuna para informar a Casa, dirimir qualquer tipo de dúvida a respeito de uma concentração que será realizada na próxima sexta-feira, no município de Medianeira, na localidade de Jardinópolis, concentrando municípios do Oeste e Sudoeste do Paraná, com vistas a um ato público em defesa da reabertura da Estrada do Colono, da Estrada do Parque.

Por que Senhor Presidente? Porque costumeiramente ouvimos na imprensa, colocações de que essa estrada interessa apenas a Capanema e Medianeira. O conceito de quem conhece o Oeste e o Sudoeste do Paraná é de que essa estrada tem uma amplitude muito maior. Essa estrada foi o ponto de ligação básico dos trabalhadores, dos agricultores, das colonizações que, saindo do Rio Grande do Sul chegaram ao Paraná, colonizaram o Sudoeste, colonizaram o Oeste e foram, inclusive, colonizar o Mato Grosso, passando por uma estrada que há mais de 40 anos existe de fato dentro do Parque Nacional do Iguaçu antes mesmo da lei que criou o dito Parque.

A nossa colocação é no sentido de desfazer eventuais equívocos que muitas vezes são noticiados pela imprensa como se aquela região do Oeste e Sudoeste pretendesse abrir uma estrada dentro do Parque Nacio-

nal do Iguaçu. Não, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o que cobra aquela região, é uma continuidade de uma estrada que já existia. Isso vale dizer que nenhuma árvore será derrubada no Parque Nacional do Iguaçu, que apenas aquilo que já está dentro da cultura, das tradições, do desenvolvimento, da prática, do uso, do costume e da servidão daquela região seja mantido e até mesmo melhorado, aprimorado dentro de um projeto já elaborado pelo DER para que essa estrada tenha proteção nas suas margens, tenha passagens subterrâneas para animais, tenha dissipador de velocidades e tenha na entrada, no meio e na saída do Parque Nacional, uma guarita aonde policiais associados com o ITCF, o órgão responsável, possa fiscalizar a passagem no Parque Nacional do Iguaçu.

O que a região cobra, é um direito que lhe é inerente. O que nós cobramos é a defesa da ecologia. Hoje mesmo estamos entrando com um projeto, beneficiando o movimento ecológico. O que não podemos, no Paraná, é eleger um castigo para uma região inteira de desenvolvimento do nosso Estado, quando nós ouvimos sistematicamente nessa região, neste País, de que as matas ciliares à beira dos rios, dos córregos, não são conservadas e continuam sendo destruídas, quando regiões como o Amazonas, aonde se fazem queimadas enormes, como agora recentemente no "Jornal Nacional" assistimos que dentro de um parque nacional existem garimpos, extraíndo pedra preciosa, destruindo a natureza e nada se faz para conter e aqui no Paraná, na região Oeste e Sudoeste, uma estrada que já existe, uma estrada que está embutida nas tradições e nos costumes da nossa gente, uma estrada que não vai derrubar um arbusto sequer, foi simplesmente fechada por uma liminar e se arrasta na Justiça até hoje, o julgamento dessa questão, não dizendo nenhum "sim", não dizendo nenhum "não", mantendo a angústia daquela região que não suporta mais a expectativa de ver o seu desenvolvimento cortado. Nós queremos, como sudoestinos, como integrantes da comunidade do Oeste do Paraná, nós queremos sentar à mesa com todos aqueles que pensam no meio ambiente. Sentar-se à mesa com o Governo. Sentar-se à mesa com a comunidade e estudarmos uma forma viável e ao mesmo tempo ajudar a preservação. Temos inclusive o pensamento de criar uma Fundação Parque Nacional do Iguaçu, para que com a cobrança de um pequeno pedágio na passagem por dentro do parque, isto resulte em recursos a esta Fundação, para que ela possa adquirir equipamentos, materiais, lanchas, armamentos, veículos, para que os guardas, possam fiscalizar melhor o Parque Nacional do Iguaçu.

É um acontecimento sério, um aconteci-

mento que não tem o menor propósito de afrontar quem quer que seja, pacífico, ordeiro, mas muito firme, demonstrando a expectativa da nossa região por uma solução a este impasse que se arrasta há mais de três anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

Governo mais uma vez usa da violência contra os Professores em Greve.

Na madrugada do dia 13 de junho de 1990, às três horas, uma guarnição da tropa de choque da polícia militar invadiu o prédio do Núcleo Regional de Educação de Curitiba, então ocupado pelos professores estaduais de Curitiba e Região Metropolitana, desde o dia 15 de maio de 90.

Os policiais, primeiramente isolaram a área com cordas e bloquearam o trânsito, atravessando um de seus seis veículos. Depois, após a chegada de mais duas kombis e um ônibus repleto de militares, sem mais demora, um deles, a golpes de cassetete, estilhaçou o vidro da porta da frente que dá para a Rua Martim Afonso. Uma porta dos fundos foi arrancada com pé-de-cabra. Uma vez dentro do prédio, os policiais irromperam com extrema violência em todos os ambientes, agredindo os professores, quebrando objetos, móveis, arrombando portas, e apreendendo até fitas de vídeo. O mais revoltante nessa ação militar é que professores desarmados e que mesmo não oferecendo a menor resistência, foram agredidos com extrema violência: socos, empurrões, golpes de cassetetes, gás lacrimogênio, etc.

Por estar filmando tais cenas, a filmadora operada pelo cinegrafista da APP-Síndicato, foi apreendida pela polícia, numa operação de que participaram os seguintes militares: terceiro sargento Adilson Gomes de Freitas, soldado Andretta e soldado Sérgio. A viatura usada para tal infração foi a kombi de n. 1005.

A máquina em questão, foi entregue na Delegacia de Ordem Social, já sem as fitas. O major Gesinski afirmou que as fitas serão entregues ao Secretário da Segurança Pública, Moacir Favetti.

A operação de evacuação dos professores, que se deu com um aparato policial enorme, foi executada por ordem do Secretário da Segurança Pública Moacir Favetti e comandada pelo major Gesinski.

É lamentável que professores lutando por uma escola pública melhor e por melhores condições de salário e de trabalho,

sejam tratados de forma tão covarde e brutal, quando criminosos, principalmente os de colarinho branco, cometendo freqüentemente crimes e golpes contra o povo e contra o patrimônio público, permaneçam com seus crimes encobertos e badalados como pessoas de bem.

Repudiamos mais esta ação truculenta da Polícia e seus Mandantes: Álvaro Dias, Moacir Favetti e Gilda Poli.

Professores são retirados à força e com violência da Secretaria da Fazenda.

Na tarde do dia 12.06.90, os professores estaduais em greve há 84 dias, entraram na Secretaria da Fazenda, acompanhando a Comissão de Negociações da APP - Sindicato. Na falta de propostas concretas, os professores resolveram permanecer pacificamente no prédio da citada secretaria, até a abertura de negociações.

No início da madrugada, à 1 hora e 50 minutos, a polícia deu aviso para evacuação total dentro de 10 minutos. Antes que esse prazo se esgotasse, enquanto os professores decidiam, a saída ou resistência, uma grande tropa de choque entrou no recinto, desferindo golpes de cassetetes em professores e alunos lá presentes. Empurrando mulheres grávidas escada abaixo e ferindo muitos professores desarmados e pacíficos, os soldados agiram com extrema violência. Esta operação durou aproximadamente 1 hora, terminando com a retirada de todos que se reuniram fora do prédio cantando e gritando palavras de ordem.

O major Gesinski, que comandou a operação disse que recebera ordens de Moacir Favetti, Secretário da Segurança Pública.

Este tipo de golpe contra uma categoria que está lutando por salários justos e melhores condições de ensino, foi mais violento do que aqueles praticados pelos governos militares. Mais uma vez cai a máscara de Álvaro Dias".

Esses são os relatórios que nos foram apresentados pelos professores em dois episódios: um do dia 12 e outro dia 13. Dois dias seguidos com dois relatos. Não é um filme do Costa Gavras; não é o estado de sítio, em que ele relata as noites negras da ditadura chilena, mas é parecido. É parecido quando vemos que os próprios bens públicos não são mais resguardados. A quem cabe a responsabilidade pela destruição do patrimônio público? E a quem cabe a responsabilidade pela destruição de todo o sistema educacional paranaense? Onde está o Governo? Onde está a polícia?

Leio neste relatório que até pé-de-cabra foi usado. Sei da crônica policial, que muitas residências de Curitiba são arrombadas pelos marginais

(É-lhe tirado o som).

Muitas residências curitibanas são arrombadas pelos marginais e pelos assassi-

nos usando pé-de-cabra. Será que é a mesma metodologia tanto da polícia quanto dos marginais? Que pena e que lamentável não termos uma polícia cuidando do banditismo, fazendo com que a cidade tivesse mais segurança.

Certamente haverá este encontro de que falava o Deputado Caíto Quintana a respeito da Estrada do Colono com uma grande concentração e esperamos que a polícia não vá lá também com a mesma preocupação que teve em relação aos professores.

Assim como é legítima essa concentração que far-se-á no Oeste paranaense vamos respeitar também a legítima aspiração e o direito de reunião que tem o Magistério.

Afinal, noventa dias de greve algum sinal deve ter, algum ouvido deve ter o Governo. E se tiver ouvidos - como disse Cristo - de ouvir, que ouça! E se não tiver, faça ser ouvido! É preciso ter uma solução para esta greve.

Hoje pela manhã assistimos à promulgação da lei que não permitirá a punição aos grevistas. É mais um sinal de que a Assembléia contribui para que haja o entendimento. Mas, só a Assembléia não basta. O Poder Executivo precisa também mostrar a mesma sensibilidade. É isto que esperamos do Governo e do Poder Executivo!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, Senhoras e Senhores presentes.

O que me preocupa nesta data, neste momento é a mesma preocupação trazida pelo nobre Líder do PSDB a esta Tribuna. E digo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Paraná está diante de um quadro gravíssimo, onde a prepotência do Governo do Estado ameaça a instabilidade institucional aqui do Estado do Paraná.

O Governador Álvaro Dias está incorrendo em crime de responsabilidade pela sua omissão diante da greve dos professores que já se arrasta por quase três meses.

O Governador Álvaro Dias é o único responsável pela tragédia que se abateu sobre o ensino público do Paraná.

Mais de um milhão e duzentos mil estudantes, estão sem aulas, desde o dia 22 de março, esse semestre já está irremediavelmente comprometido. Insensível diante dessa situação o Senhor Álvaro Dias, continua tratando os nossos mestres à base de cassetete, como aconteceu na noite passada. Nessa madrugada mais um capítulo nessa história de repressão, foi escrita pela polícia de Sua Excelência o Governador Álvaro Dias. O despejo violento dos profes-

sores que ocupavam o prédio da Secretaria da Fazenda, bem como, do núcleo regional da educação, reforça a certeza de que o Governador tomou essa greve, como uma questão pessoal, e não como um assunto de relevante interesse público.

O ódio do Senhor Presidente, Senhores Deputados, nunca foi um bom conselheiro. As ações do Governo estão sendo determinadas por este sentimento vil, que se apossa do inquilino do Palácio Iguaçu, ele quer vencer a greve pelo esmagamento dos professores, ele quer humilhar a categoria e fazê-la retornar às aulas, de cabeça baixa, envergonhada diante dos alunos e da comunidade. Entendemos o desespero dos professores, que depois de quase três meses de sacrifício, ninguém pensa, que sustentar uma greve como esta, seja uma tarefa agradável. As pressões, as ameaças, a falta de salário que garanta o próprio sustento, são motivos suficientes para desestruturar qualquer cidadão e qualquer pessoa.

É hora de a gente se perguntar, com que estado de espírito os professores se encontram nesse momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com que brio retornarão às aulas, sem terem atendidos minimamente as reivindicações. São quase noventa dias de paralisação, é o tempo que dura o plano Collor, com suas consequências funestas para os trabalhadores. Entendemos também as angústias dos pais, dos estudantes, aflitos com os prejuízos irreparáveis dessa paralisação, mas é preciso ter consciência exata das responsabilidades que cabem aos professores e ao Governo. Os professores, têm agido com verdadeiro heroísmo, fazendo da profissão, mais do que uma missão, mas uma imolação. Essa greve vem estravar um basta de uma categoria que já se sacrificou por demais em nome dos nobres ideais do magistério.

O Governo, em nome da decência, da seriedade, das responsabilidades que lhe cabem, não pode exigir nem mais um sacrifício dos nossos mestres, dos nossos professores. Os pais e os alunos, em que pese toda intranquilidade gerada por esta situação, devem exigir que o Governo cumpra a sua parte. Afinal, é a sociedade que recolhe seus impostos para que o Estado administre os serviços básicos e nada mais básico do que a saúde e a educação.

Não me parece que a sociedade paranaense esteja a exigir que os professores ensinem seus filhos por idealismo, por abnegação sujeitando-se a um salário vergonhoso e imoral.

Justiça é o que pedem os professores. A esse clamor o Governador responde com arrogância, com violência, com repressão. É a mesma resposta que foi dada em 1988 com bombas e cassetetes.

Nós, Deputados, temos cumprido parcialmente nosso papel dando aos professores o acolhimento que eles não têm encontrado junto ao Executivo.

Aprovamos aqui uma Lei de política salarial que repara em partes as perdas impostas aos servidores estaduais, incluindo os professores. Perdas estas impostas pelo Governo Álvaro Dias.

Fizemos mais. Derrubamos o veto do Governador a essa Lei. E o que o Senhor Governador fez?

Decidiu recorrer à Justiça arguindo a inconstitucionalidade do projeto por nós aprovado.

Ocorre que essa Lei foi promulgada seguindo-se os trâmites legais, entrando em vigor e, tendo total validade. A menos que o Governador consiga liminarmente suspender seus efeitos, o que não ocorreu até hoje, 13 de junho.

Álvaro Dias não cumpriu a Lei; passa por cima da Constituição; fere a instabilidade institucional. É justamente nesse ponto Senhor Presidente, Senhores Deputados, que cabe agora uma responsabilidade nossa, fazer o Governador cumprir a Lei e consciente dessa responsabilidade Senhor Presidente, Senhores Líderes e Senhores Deputados, o nosso partido toma iniciativa de propor aqui nesta Casa uma denúncia contra o Governador Álvaro Dias, com base no não cumprimento deliberado da Lei e da Constituição.

Queremos encaminhar à Mesa e é isso que estou propondo neste momento. Encaminharei à Mesa e peço aos líderes partidários desta Casa que discutam com suas bancadas para que na próxima segunda-feira comece o trâmite regimental e oficial neste Parlamento. Estou comunicando que estou encaminhando o pedido de "impeachment" do nosso Governador. Por quê?

Não cumpre a Lei; não cumpre a Constituição.

Este Parlamento tem que ser o fiscal da Lei. Uma Lei que foi aprovada. Não foi declarada inconstitucional e está em pleno vigor, não pode ser desrespeitada por S.Exa. o Governador porque, senão ele estará incorrendo em crime de responsabilidade.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estão todos avisados. Vamos, a partir de hoje adotar uma postura nova em relação ao governante que nós temos. Não podemos mais continuar com essa barbaridade que está acontecendo com um governante que não respeita a Lei, não respeita a Constituição, não respeita o Parlamento, não respeita o Poder Judiciário, não respeita os trabalhadores que têm direito à greve, que têm direito à reivindicação, que têm direito à livre negociação.

Não podemos mais aceitar de boca fe-

chada. Por isso, não podemos nos tornar cúmplice desse descalabro que se abate sobre o Estado, onde a população está privada do ensino nas nossas escolas públicas há três meses por culpa do Governador.

O Governador já é reincidente Senhor Presidente, Senhores Deputados, e ele não pode avocar aqui a condição de réu primário. Ele agrediu em 88 e continua agredindo, e o que é pior, não vamos permitir que ele continue pisando na Constituição, rasgando as leis.

Então, estamos todos avisados, e na próxima segunda-feira se nada de novo ocorrer vamos apreciar aqui o "impeachment" do Governador do Estado.

Era isso Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PDS com a palavra.

(DECLINA).

PDC com a palavra.

(DECLINA).

PFL com a palavra.

(DECLINA).

PRN com a palavra.

(DECLINA).

PTB com a palavra.

(DECLINA).

PDT com a palavra.

(DECLINA).

PT com a palavra.

(DECLINA).

PL com a palavra.

(DECLINA).

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e

Senhores Deputados, na verdade a situação com relação a greve já está se tornando insuportável; insuportável para os professores, insuportável para os pais e insuportável também para os alunos que, afinal de contas, desejam voltar às salas de aula. Mas infelizmente diante, ainda, da intransigência do Governador do Estado do Paraná, diante da intransigência da Senhora Secretária da Educação, nós estamos vendo o Paraná enfrentar uma greve que já ultrapassa os oitenta dias. Uma greve que começa, já, a tornar alguns contornos da violência, da violência que nós assistimos, da qual nós sofremos também em 88 na praça em frente a este Parlamento, a violência praticada nos últimos dias, mais propriamente a partir desta semana, segunda-feira, quando em diversas escolas do Estado nós vimos a presença da Polícia Militar, intimidando até alguns professores, alguns alunos, porque afinal de contas a presença da polícia na escola não significa dizer que está ali para dar segurança a

algum professor que queira dar aula, ou a algum aluno que queira assistir a aula; mas dá a impressão ao próprio aluno principalmente de que o Estado passa por um clima de intranquilidade. E até onde, ele, aluno, pode sentar num banco de uma sala de aula com tranqüilidade, quando ele tem a polícia na sua escola? Quando esta polícia deveria estar nas ruas, em outros pontos da cidade para combater a violência, para combater a criminalidade, o roubo acentuado de veículos neste Estado do Paraná, uma média que nunca chegou e que agora está se aproximando de vinte veículos roubados por dia na Capital do Estado do Paraná, o roubo em residências; enfim a tantos outros crimes, que se nós ficássemos aqui comentando, transferiríamos o nosso programa policial para a tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós não podemos conceber o que aconteceu nestas últimas horas, o que vem acontecendo, repito, desde a última segunda-feira, quando algumas escolas receberam a presença da Polícia Militar. E o que aconteceu ontem à noite, o que aconteceu durante a madrugada de hoje, o que está acontecendo nas reuniões de associações de pais e mestres, onde o clima de total intranquilidade, onde pais brigam entre eles, seus filhos da mesma sala de aula, da mesma escola são amigos, são companheiros, e os pais passam agora a se tornar inimigos, porque alguns defendem a volta às aulas, outros defendem a continuidade da greve. Tudo porque o mediador desta história toda, que é o Governador, se nega a um diálogo, se nega a atender, senão em tudo, pelo menos em parte, as reivindicações da classe dos professores.

Quero deixar bem claro aqui nesta tribuna, que eu tenho assistido a muitas reuniões, e tenho sido até o mediador para amenizar um pouco o clima pesado. Há pais de alunos chegando a ir para algum colégio, com um pedaço de pau na mão, para enfrentar às vezes a polícia, outros para enfrentar outros pais de alunos.

Vejam a que ponto chegou a educação no Estado do Paraná, e é preciso deixar aqui patenteado, que se lamentavelmente, o fato vier a acontecer, que nós tenhamos uma briga, uma agressão, ou pior até, uma morte envolvendo professor, ou envolvendo pai de aluno, pela sua negligência, pela sua maneira como vem tratando o problema da educação, é preciso urgentemente uma decisão. Não podemos aceitar mais este quadro que aí está. E nós Parlamentares temos sido cobrados constantemente.

O que fazem os políticos? O quê fazem os Deputados? O que fazem que tanto falam e discutem, e não resolvem o problema da

greve? Então, nós também temos esta responsabilidade. E eu não estou suportando mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as minhas idas às reuniões enfrentando este clima pesado, assistindo no portão da escola estas ameaças de pais contra pais, de pai contra a polícia, e até de pai contra professor também.

Então é preciso que esta semana, o mais tardar esta semana, nós tenhamos uma definição.

Eu não acredito que este clima que está até agora, permaneça, para uma próxima semana. Eu estou prevendo, lamentavelmente, e não sou nenhum advinho, mas está aí para todos sentirem o clima, não apenas aqui na Capital, talvez mais aqui na Capital porque aqui se concentra mais o movimento, eu estou prevendo, lamentavelmente, dias terríveis no interior de escolas, na frente de escolas ou até na rua estes protestos.

É preciso que S.Exa., o Governador tome uma posição urgente, decida esta situação, abra um pouco o seu coração, determine alguma medida, porque lamentavelmente, nós poderemos ter momentos mais pesados, momentos mais violentos nesta greve que perdura.

É preciso medidas urgentes, e esta Casa, como propôs até o Deputado Pedro Tonelli, não pode ficar omissa, não pode ficar esperando e contando dias de greve, não pode continuar desta maneira.

Nós precisamos tomar uma medida urgente. Hoje, esta Casa tomou, promulgando a lei da anistia. Mas, não é o suficiente. É preciso que tomemos uma decisão a nível de solucionarmos o problema da greve, num entendimento entre Governador e professores, se for o caso até termos que criar uma Comissão Interpartidária levando os professores ao Palácio Iguaçu, com audiência ou sem audiência.

Esta Casa não pode continuar omissa e nós, a semana que vem, vamos começar evidentemente a tomar uma posição mais séria, mais rápida porque não podemos continuar aguardando esta situação.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, uma questão de ordem.

Eu queria registrar Senhor Presidente, nossos votos de parabéns a nossa colega Deputada Vera Agibert que hoje completa mais um ano de vida.

Era só Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa se associa às felicitações da Deputada Vera Agibert e deseja muitas felicidades pela passagem do seu aniversário.

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Não tencionava usar da tribuna nesta Casa com referência à questão-greves, com referências a atitudes da Segurança Pública. No entanto não se pode, também, mais permitir que se deturpe, nas colocações, os atos praticados pela Segurança Pública.

Eu acho que na postura de um Parlamentar deve existir a coragem para a análise dos fatos. Se há uma necessidade de se estudar uma recomposição do salário ao professor nunca ninguém de nós ignorou como, aliás, tem que se estudar a forma de repor salários ao trabalhador brasileiro, que continua, desde o Plano Collor, a ter artificialmente uma inflação zero e, por conseguinte, vive até hoje com três mil e oitocentos cruzeiros no final do mês. Inquestionavelmente, a questão salarial brasileira merece reflexão.

No entanto, o Poder Público como não é uma firma, não é um agenciador do serviço, não é um repassador de custo, ele baseia sua capacidade de pagar com a sua capacidade de arrecadar.

O Governo tem feito, constantemente, cálculos e recálculos, tentando apresentar proposta que, evidentemente, não atingem a disposição do comando de greve dos professores. Mas nem por isso, e é aí que eu me coloco, sabendo das conseqüências daquilo que se diz, se justifica num movimento de greve e invasão de núcleo, muito menos invasão de Secretaria de Estado porque se ao professor é dado o direito de não lecionar na escola. A sede de núcleo é sede administrativa de Governo, na sede de núcleo não se dá aula, na sede de núcleo não está professor; estão pessoas encarregadas da parte administrativa da escola. Portanto, é injustificável entrar-se dentro de um núcleo para tentar mantê-lo fechado e muito menos, Senhores Parlamentares, numa concentração que eu repito injusta, numa manifestação de passeata de rua que vai até a frente da Secretaria de Administração fazendo seu protesto, atinge o seu objetivo, mas daí ao ponto de invadir a Secretaria de Finanças e achar que o Governo do Estado do Paraná vai paralisar as atividades desta Secretaria pela invasão dos professores há uma distância muito grande. Nenhum paranaense concordaria com o seu Governador que não tivesse a postura de garantir o funcionamento dos órgãos do Estado.

E não houve violência! Os professores testemunham que não houve violência; os pais de alunos, que estavam lá presentes, testemunham que não houve violência! Houve apenas a desocupação de um prédio necessário para o bom andamento da máquina administrativa do Estado.

Então, não vamos colocar as coisas do

modo como estamos colocando. Estamos empenhados, todos nós, na solução do impasse da greve, estamos; espero que estejamos, nós Parlamentares, nós Governo, nós professores, nós pais e nós alunos. Porque o movimento quando chega ao ponto que está, ambas as partes têm que ter a consciência de que o sentar numa mesa para buscar solução não significa agressão permanente e não significa intransigência. Se nós quisermos colaborar com a solução da greve devemos ter a consciência plena neste Parlamento de que colaborarmos com a solução da greve, encontrarmos uma saída e não de jogarmos lenha na fogueira. Em primeiro lugar devemos pensar no aluno.

Está em risco a continuidade do ano escolar, realmente está em risco. Todas as partes devem pensar nisso, Governo e professores, porque no final de tudo o que vale é a criança que precisa da escola.

Só para reportar vamos discutir na sequência, na segunda-feira, Deputado Pedro Tonelli. Eu espero que nós venhamos encontrar realmente uma saída até o final da semana, para que Vossa Excelência, não entre com o pedido de impedimento que me parece totalmente despiído de sustentação legal, porque ouvia Vossa Excelência falar no descumprimento por parte do Governo de leis aprovadas nesta Casa e acho muito difícil que Vossa Excelência naquilo que é a lei consiga comprovar. Porque esta Assembléia veta um projeto, ao Governo cabe sanção ou cabe veto, a esta Casa cabe derubada do veto ou manutenção do mesmo, por conseguinte, e aliás está sendo muito mal explicado isso aos professores o projeto vai ao palácio, o Governo tem 48 horas para sancioná-lo ou não. Se não sancionar devolve à Casa, num ato estritamente do Legislativo, por cumprimento de disposição do Legislativo, a Presidência da Casa atendendo vontade do Plenário, promulga a lei e a partir da sua publicação o Governo questiona ou não a sua inconstitucionalidade, enquanto não houver esse julgamento o Governo não está desrespeitando nenhuma lei, portanto não haverá sustentação para dizermos que o Governo não desrespeitou apenas pelo fato da Mesa da Assembléia promulgar, porque ele tem recurso pela inconstitucionalidade no tribunal.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Liderança do PSDB.

Declina.

A Mesa tem uma retificação a fazer às palavras do Deputado Caíto Quintana, no concernente às explicações dadas aos Senhores Professores.

Quando se rejeitou o veto nesta Casa, a Mesa alertou que só após a promulgação feita pela Presidência e a entrada em vi-

Curitiba, quarta, em 13.06.90

gor na data da publicação da lei é que esta teria os seus efeitos.

Foi claro por duas vezes e ainda hoje, no ato de promulgação reiterou aos professores essas medidas previstas na lei.

Está encerrada a Hora de Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 166/90, de autoria do Tribunal de Justiça, constante do expediente, incluindo projeto de lei objetivando alterações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Projetos de resolução em n° de 2 (dois), de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente, devidamente apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 49/90, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, e outros, que dispõe sobre a reserva, nos fóruns, presídios e delegacias de polícia, de dependências destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil, em função do exercício da atividade profissional. Com PARECER FAVORÁVEL, da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Com Emendas de Plenário.

Emenda Aditiva do Senhor Deputado Pedro Tonelli, que não colide com o Substitutivo Geral, aprovado em 2.^a Discussão. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 63/90, de autoria do Deputado João Arruda, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica para que a população decida sobre a criação do Município de Flor da Serra. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia Legislativa.

Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 377/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria a Região Administrativa de União da Vitória, composta pelos Municípios de Porto Vitória, Cruz Machado, Bituruna, Paula Freitas e Paulo Frontin. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas em n° de 2 (duas), uma de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada; e a outra de autoria dos Senhores Deputados Antônio Annibelli e Luciano Pizzatto, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01
AO PROJETO DE LEI N° 377/89

Inclua-se onde couber, a seguinte expressão:

"GENERAL CARNEIRO"

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Sabino Campos, Algaci Túlio, Basílio Zanusso e Luciano Pizzatto.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 02

O Art. 1° - Do Projeto de Lei Complementar n° 377/89, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criada a Região Administrativa de União da Vitória, integrada pelos Municípios de União da Vitória, Porto Vitória, Cruz Machado, Bituruna, Paula Freitas, Paulo Frontin, General Carneiro, Mallet, São Mateus do Sul, Antonio Olinto, e Palmas".

§ 1° - Fica designado como sede da Região Administrativa a Cidade de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

LUCIANO PIZZATTO

Apoiamento: Rubens Bueno, Nereu Carlos Massignan, José Rogério Carvalho, Pedro Tonelli, Antônio Costenaro Neto.

JUSTIFICATIVA:

Realmente a centralização, o planejamento e a execução de funções públicas do interesse comum, constitui um dos importantes aspectos da moderna administração pública.

Os Municípios de General Carneiro, Mallet, São Mateus do Sul, Antônio Olinto e Palmas, dado suas proximidades com União da Vitória, não poderão ficar à margem da centralização, administração objeto do Plano de Lei Complementar n° 377/89, razão porque, esperamos o apoio desta Emenda

da para incluir com muita justiça, os Municípios de: General Carneiro, Mallet, São Mateus do Sul, Antônio Olinto, Palmas e, naturalmente, o Município de União da Vitória, pois pertencem todos à mesma microrregião. Aprovado o projeto, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 335/89, de autoria do Deputado Sabino Campos, que cria o Município de São Pedro do Iguaçu, sediado na localidade de São Pedro, com território desmembrado do Município de Toledo, e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA
GERAL DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI N° 335/89

Art. 1° - Fica criado o Município de SÃO PEDRO DO IGUAÇU, sediado na localidade de São Pedro, com território desmembrado de Toledo, e divisas seguintes:

"Tomando como ponto de partida a barra do Córrego Arapongas, no Rio Santa Quitéria, na divisa com o Município de São José das Palmeiras, sobe por este confrontando com o Município de Ouro Verde do Oeste, até a ponte na Rodovia PR.585 (Toledo - São Pedro), segue ainda pelo mesmo rio confrontando com o Distrito da Sede do município de Toledo, até a barra do Arroio Separação, segue ainda pelo Rio Santa Quitéria, confrontando com o Município de Santa Tereza do Oeste, até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes n°s 16 e 17 do 3° Perímetro A, da Colônia São Francisco, segue pela mesma em direção geral SO até a Rodovia OT-338, pela qual segue em direção geral Oeste, até encontrar à esquerda a divisa entre os lotes rurais n°s 11 e 12 do mesmo perímetro, segue pela mesma até o Arroio Vital Brasil, pelo qual desce até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n° 2 e 4, 3 e 5 do mesmo perímetro, segue pela mesma até encontrar o Rio São Francisco Falso Braço Norte, pelo qual desce confrontando com os Municípios de Céu Azul, Vera Cruz do Oeste e Matelândia, até encontrar em sua margem direita a barra do Córrego Apepu, pelo qual sobe confrontando com o Município de São José das Palmeiras, até sua cabeceira e daí por linha seca, até a cabeceira do Córrego Arapongas pelo qual desce até sua foz no Rio Santa Quitéria, ponto de partida desta descrição."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(a) SABINO CAMPOS

Apoiamento: GERNOTE KIRINUS, HOMERO OGUIDO, ORLANDO PESSUTI e RENATO ADUR.

JUSTIFICATIVA:

No Memorial descritivo do novo Município de São Pedro do Iguaçu, constante do Projeto de Lei n° 335/89, houve uma incorreção que levou o Município de Toledo a perder uma pequena área além do que havia sido estabelecida entre as lideranças dos referidos municípios.

Estas mesmas lideranças, de São Pedro e Toledo, elaboraram novo memorial descritivo, conforme termo de concordância em anexo, que elimina todas as controvérsias sobre a área do novo município, motivo pelo qual apresentamos o presente substitutivo geral.

MEMORIAL DESCRITIVO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU A SER CRIADO, DESTACADO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Tomando como ponto de partida a barra do Córrego Arapongas, no Rio Santa Quitéria, na divisa com o Município de São José das Palmeiras, sobe por este, confrontando com o Município de Ouro Verde do Oeste, até a ponte na Rodovia PR-585 (Toledo - São Pedro), segue ainda pelo mesmo rio confrontando com o Distrito da Sede do município de Toledo, até a barra do Arroio Separação, segue ainda pelo Rio Santa Quitéria, confrontando com o Município de Santa Tereza do Oeste, até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes n°s 16 e 17 do 3° Perímetro A, da Colônia São Francisco, segue pela mesma em direção geral SO até a Rodovia OT-338, pela qual segue em direção geral Oeste, até encontrar à esquerda a divisa entre os lotes rurais n°s 11 e 12 do mesmo perímetro, segue pela mesma até o Arroio Vital Brasil, pelo qual desce até encontrar em sua margem esquerda a divisa entre os lotes rurais n° 2 e 4, 3 e 5 do mesmo perímetro, segue pela mesma até encontrar o Rio São Francisco Falso Braço Norte, pelo qual desce confrontando com os Municípios de Céu Azul, Vera Cruz do Oeste e Matelândia, até encontrar em sua margem direita a barra do Córrego Apepu, pelo qual sobe confrontando com o Município de São José das Palmeiras, até sua cabeceira e daí por linha seca, até a cabeceira do Córrego Arapongas pelo qual desce até sua foz no Rio Santa Quitéria, ponto de partida desta descrição.

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Por este Termo de Concordância, a Comissão pela Emancipação do Distrito de São Pedro e lideranças do Município de Toledo

Curitiba, quarta, em 13.06.90

concordam com a nova descrição das divisas do futuro Município, constante do Memorial Descritivo do anverso deste.

Toledo, 05 de abril de 1990.

(aa) COMISSÃO PELA EMANCIPAÇÃO

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 359/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza a estadualização da estrada que liga Antônio Olinto a Rio Negro passando parte da rodovia pelo município da Lapa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 110/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Of. 34/90), que cria os cargos que especifica no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 294/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que institui o Programa Semear Transporte. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.- Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 296/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a GUARDA MIRIM, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Sul.- Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 297/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual o CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 321/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo estadual a doar ao município de Mallet, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.- Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 321/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual a doar ao município de Mallet, o imóvel situado no Distrito de Dorizon, com área de 270,00 m2, com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Para-

ná, objeto da transcrição nº 4255, do livro 3-D, às fls. 62, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet. O referido imóvel será destinado à instalação de serviços públicos municipais, não podendo a qualquer tempo, ser transferido a terceiros ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, esta Comissão manifesta-se favoravelmente pela aprovação da medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/90, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que cria "ad referendum" de plebiscito o Município de SÃO JOSÉ DO IVAÍ, desmembrado do município de Santa Izabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.- Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 326/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, tem por finalidade criar "ad referendum" de plebiscito, o Município de SÃO JOSÉ DO IVAÍ, desmembrado do Município de Santa Izabel do Ivaí.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que autoriza o Poder Executivo a contrair operações de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, destinados a atender ao refinanciamento e às operações de crédito internas, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sob o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO DE NÚMERO 01

AO PROJETO DE LEI Nº 329/90

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimo, no prazo de vinte (20) anos, destinado ao refinanciamento das dívidas contraídas pela Administração Direta ou Indireta, derivadas de empréstimos que lhes tenham sido concedidos pela União, com a finalidade de honrar compromissos financeiros decorrentes de operações de crédito externo, garantidas pelo tesouro nacional, limitado ao valor do saldo da dívida existente em 1º de janeiro de 1990, previsto na Lei 7976, de 27 de dezembro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal 99.167, de 13 de março de 1990.

Art. 2º - Poderão ainda ser objeto de contratação, junto à União Federal:

I - empréstimos destinados ao financiamento, a partir de 1990, do montante da dívida externa, vencível em cada exercício civil, das entidades referidas no artigo anterior, contratada até 31 de dezembro de 1988, com garantia do Tesouro Nacional e com prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias, admitida a adoção de cláusulas e condições compatíveis com operações da espécie.

II - empréstimos destinados ao refinanciamento de operações de crédito internas contraídas por entidades da Administração Direta e Indireta, a serem realizados com base na Lei nº 7976, de 27 de dezembro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal nº 99167, de 13 de março de 1990.

Art. 3º - As operações de empréstimo de que trata esta lei poderão ser garantidas mediante a cessão de direito ao crédito relativo às quotas ou parcelas do Fundo de Participação dos Estados ou de quaisquer outras receitas previstas no artigo 159, da Constituição Federal.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.06.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: LUCIANO PIZZATO, PIRAJÁ FERREIRA, WERNER WANDERER e ANTÔNIO COSTENARO NETO.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Eu requeiro a leitura da emenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De autoria do Deputado José Rogério. Perfeitamente.

Vossa Excelência terá a leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - ... (Lê Emenda Substitutiva ao Projeto nº 329/90).

O SR. PEDRO TONELLI (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é um projeto de grande relevância para o serviço público e para as finanças públicas do nosso Estado e nós já estamos em 2.^a Discussão deste projeto. Eu reitero aqui as preocupações manifestadas por este Parlamentar na sessão de ontem. Não estão expostas aqui as justificativas deste projeto. Nem no projeto de autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, que eu gostaria de ter tido a honra de ouvi-lo, ter dado as suas brilhantes justificativas, ele que radialista é, que sabe falar, eu gostaria de ouvir o seu detalhamento, pode ser que me convença e nem no substitutivo do nobre Deputado, colega José Rogério de Carvalho.

Vou votar contra este projeto porque não tem motivo suficiente alegado neste Parlamento nem escrito e nem oral, qualquer um serve, para que nos convencesse a autorizarmos o Poder Executivo a refinar a sua dívida e aumentar, ainda mais a dívida do Estado com base não sei no que.

Então, por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu encaminho contra a aprovação deste projeto de autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira e agora fiquei desconfiado quando o Deputado se omite. Esteve presente ontem e está presente hoje e se omite a dar as explicações do projeto em que ele é autor, e assina.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, está com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, é lamentável que um Deputado nesta Casa diga que fica desconfiado porque o colega, talvez por motivos imperiosos não pode comparecer a uma sessão. Agora, o mal de tudo isso, cabe às Lideranças partidárias que ainda não indicaram os membros das Comissões Permanentes, porque as Comissões Permanentes ao transitar uma matéria dessa natureza, mostrariam à Casa, e especialmente ao Deputado Pedro Tonelli, que há uma necessidade dessa consolidação das dívidas do Estado junto ao Banco do Brasil e há um prazo fatal, até o fim do mês. Isso não se trata de aumentar a dívida mas sim de postergá-la para pagar num futuro estabelecido, em convênio Estado e Banco do Brasil. Eu acho que está se prestando um desserviço ao Estado do Paraná, votando contra matéria de tamanha objetividade e importância como esse Substituti-

vo do Deputado José Rogério. Lamento que o Deputado não esteja presente, porque daria explicações muito melhores do que eu estou fazendo neste instante. Mas isso não é para ninguém ficar desconfiado. Isso é falta de ética de comportamento. Ficar desconfiado por que? É só ler o que está escrito aí, não tem nada nas entrelinhas; estão todas nas suas linhas respectivas.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Sr. Deputado Pedro Tonelli, pela ordem.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu quero deixar claro ao nobre Deputado Erondy Silvério que fiquei mais desconfiado ainda, porque a dívida do Paraná, que subiu em 15 anos de 6% de comprometimento com o Orçamento do Estado, já está comprometendo com 34% e agora com essa rolagem ela aumentará ainda mais, eu estou com essa desconfiança. Não aceito que a gente tenha que concordar com ela. Estou desconfiado que o nosso Partido terá que governar o Estado no futuro e desse jeito, ele se tornará ingovernável, por isso é que eu vou votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão.

Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu requeiro verificação de votação.

O SRA. VERA AGIBERT - Eu solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu requeiro votação nominal, porque daí já acontecem as duas coisas: a chamada e a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora é chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Após a chamada nominal dos Srs. Deputados). Responderam à chamada nominal vinte e três Srs. Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Lamentamos profundamente, quem sabe até as bancadas de oposição tivessem vontade e interesse até em aprovar este projeto, porque evidentemente ele pode resolver alguns problemas do Estado. Mas é lamentável que a Bancada do PMDB não esteja presente quando é uma matéria de suma importância para o Governo do Estado do Paraná.

Quero também aqui endossar as palavras do Deputado Erondy Silvério. Temos que tomar uma decisão, ou se reúnem as comissões internas, ou se faz tudo em comissão geral de uma vez por todas.

Gostaria então de propor à Casa que, a partir de segunda-feira, todo o projeto de importância, à exceção daquele de utilidade pública, nomes de estradas e convênios, projetos polêmicos, que não venham para o plenário sem que passem por comissões. Aí obriga todos a nos reunirmos e decidirmos em comissão interna e trazendo já para cá uma posição das lideranças. Eu também tenho interesse na reeleição, mas estou aqui todos os dias, como outros companheiros. Porém, não podemos ficar aqui dando "quorum" para votar uma matéria de importância do Governo, quando a própria bancada do Governo não vem à Assembléia.

É esta a posição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa apela às lideranças das bancadas que completem as suas indicações. E toda a vez que o Plenário aprovar comissão geral, a Mesa se vê obrigada, regimentalmente, a colocar na Ordem do Dia.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Realmente, lamentamos esta situação na Assembléia, no dia de hoje, quando sabemos que, na sexta-feira, quando o Governador do Estado do Paraná, governo este que temos usado o máximo do respeito junto a ele, procurando até atender as suas solicitações, de seu interesse, votando com o governo-faço questão de registrar nesta Casa aqui hoje, que ele não perde a oportunidade em desmerecer a Assembléia Legislativa, quando se reuniu em Palácio, nesta sexta-feira passada, com os prefeitos de todo o Estado do Paraná, distribuindo os equipamentos e as patrulhas rodoviárias às Prefeituras.

Naturalmente, na tentativa de fazer

com que os Prefeitos se entreguem ao seu governo de corpo e alma, para as próximas eleições. E o Governador, naquela oportunidade, não poupou de forma alguma, através da imprensa e de todos os presentes, críticas desmerecendo a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, faltando com o respeito para com este Poder e dizendo as seguintes palavras, que seu governo deveria respeito apenas aos Parlamentares do PMDB, que estes sim, votam com o Governo, fazem com que o Governo possa funcionar, respeitar e ajudar os prefeitos.

E, no entanto, isto aqui está se transformando em inverdade. Enquanto ele desmereceu todos os demais Parlamentares de Oposição, hoje a sua Bancada não se encontra aqui presente para votar e apoiar um projeto de seu interesse. E nós lamentamos que isto aconteça. Lamentamos que o Sr. Governador use dos meios de comunicação que tem para denegrir a imagem da Assembléia Legislativa, para desmerecer ainda mais do que já vem sendo enxovalhada por todos aqueles que se aproveitam para desmerecer a nossa ação, o nosso trabalho.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

- Só para dizer ao Deputado Antônio Costenaro, que naturalmente essa atitude do Sr. Governador, de convidar prefeitos, afinal de contas ele é o Governador do Estado e cabe a ele receber os prefeitos do Estado do Paraná para pedir que trabalhem por seu Partido.

E, quanto ao desmerecimento à Assembléia Legislativa, a mim não preocupa. Pode preocupar ao Deputado que seja gigolô do dinheiro público, mas ao Deputado que está aqui lutando, cumprindo com suas obrigações, votando matérias que vão ao encontro dos anseios da comunidade do Estado do Paraná, o Deputado que realmente tem ideais, trabalha e vê o seu trabalho revertido para os interesses da comunidade, não tem que se preocupar com o Governador. Acho que cada Deputado tem que se preocupar com o seu trabalho, fazer da sua tribuna o seu sonho, o seu ideal. E a vontade que ele tem de trabalhar... de nada adianta, pode o Governador ficar falando a vida inteira, ele vai ter que me agüentar aqui mais quatro anos, depois mais quatro, depois mais quatro... até eu resolver me aposentar.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, nós somos autor desta emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 329, que é de alto interesse do Estado e a nós paranaenses, e queremos trazer aqui para, em terceira discussão e votação, e aí faremos um pronunciamento justificando toda essa composição e como

elaboramos esta Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência vai-se pronunciar a respeito das palavras dos Deputados Antônio Costenaro e Luiz Carlos Alborghetti, que se refere às críticas do Governador a este Poder.

A Mesa também leu, também não assimilou, por injustas estas palavras quer dizer ao Plenário, desta Casa que infelizmente o nosso Governador não pratica a democracia.

Quer exercer o Poder como um soberano. Por isso mesmo a Assembléia tem dado a resposta que ele bem merece.

Matérias em discussão ainda.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 335/90, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato que institui a SEMANA DO VESTUÁRIO DO PARANÁ, a ser comemorada na Cidade de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 335/90

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato, visa instituir "Semana do Vestuário do Paraná", a ser comemorada na Cidade de Cianorte.

Analisada a matéria por esta Comissão nada encontra a mesma que possa impedir a normal tramitação desta por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

MÁRIO PEREIRA

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 32/90, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São Jorge D'Oeste, para que a população decida sobre a criação do Município de Doutor Antonio Paranhos, desmembrado de São Jorge D'Oeste e divisas do atual Distrito Administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 032/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito, na área que especifica para

Curitiba, quarta, em 13.06.90

que a população decida sobre a criação do Município de Doutor Paranhos.

O projeto em tela, atende ao disposto no Art. 19, § 1° II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 52/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Imbaú, desmembrado dos Municípios de Telêmaco Borba e Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 52/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica para que a população decida sobre a criação do Município de Imbaú.

O projeto em tela atende ao disposto no art. 19, § 1°, II da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 69/90, de autoria da Comissão Executiva, que acrescenta ao Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, artigos e parágrafos conforme especifica (prazo para autorização de convênios). Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 69/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria da Comissão Executiva, deste Poder, tem por finalidade, acrescentar ao Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, artigos e parágrafos, conforme especifica.

Analisando o projeto, verificamos que não há óbice que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 302/89, de autoria do Deputado Renato Adur, que faculta a matrícula escolar antecipada em classe de 1.^a série regular de 1° grau, e dá outras providências. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 97, de 06.06.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 302/89

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Renato Adur, visa facultar matrícula escolar antecipada em classe de 1.^a série regular de 1° Grau.

A matéria em questão vem a merecer total apoio desta Douta Comissão de Constituição e Justiça, por entender que a mesma não apresenta óbices nos planos legal e constitucional, estando assim desimpedido o seu trâmite normal pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Neste sentido, o nosso pronunciamento é Favorável, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 302 de 89.

Assim sendo, este é o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 290/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que revoga o Art. 11, da Lei Complementar n° 27, de 08.01.86, e dá nova redação ao Art. 12, da referida Lei, na forma que especifica. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 50, de 09.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 314/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão e Cândido Bastos, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarapuava, o imóvel denominado Estância Santa Clara, situada na localidade de Can-

dó1, naquele Município com área que especifica. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 56, de 21.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 328/90, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, reajuste em 3,29% a partir de 1° de maio de 1990, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos em comissão e funções gratificadas dos servidores do Quadro da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, conforme especifica. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. n° 56, de 31.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 331/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que cria o Município de GUAMIRIM, "ad referendum" do resultado do plebiscito, desmembrado do Município de Irati, com as divisas que especifica. (Encerrada a discussão. (Public. no DA. n. 65, de 04.06.90.))

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 332/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que cria o Município de PRADO FERREIRA, "ad referendum" do resultado do plebiscito, desmembrado do Município de Mirassol, e divisas que especifica. (Encerrada a discussão. (Public. no DA. n° 65, de 04.06.90.))

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 60/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que autoriza a realização de plebiscito no Município de RANCHO ALEGRE D'OESTE, com território desmembrado do Município de Goioerê, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica. Encerrada a discussão. (Public. no DA. n° 57, de 22.05.90.)

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 65/90, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Mirassol, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de PRADO FERREIRA. Encerrada a discussão. (Public. no DA. n° 67, de 06.06.90.)

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 66/90, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Moreira Sales, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Malu. (Public. no DA. n° 67, de 06.06.90.)

Conforme determinação da Mesa, foi retirado o Projeto de Resolução n° 66/90, da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1622, de autoria do Senhor Deputado Gernote Ki-

rinus, constante do Expediente. Aprovado.
A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 329 e 335/90.

e dos Projetos de Resolução ns. 32, 52

e 69/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 302/89, 290, 314, 328, 331 e 332/90.
e dos Projetos de Resolução n.^{os} 60 e 65/90.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.^o 377/89.

e dos Projetos de Lei n.^{os} 335 e 359/89, 110, 294, 296, 297, 321, 326 e 334/90.

Levanta-se a sessão.